

OS MEDIA AO SERVIÇO DO IMAGINÁRIO: UMA REFLEXÃO SOBRE A RTP INTERNACIONAL E A LUSOFONIA

HELENA SOUSA *

Lusofonia tem sido uma palavra particularmente apreciada pelos governos de Cavaco Silva e de António Guterres. Apesar de raramente explicitado, o conceito ganha força política nos anos 80, quando Portugal se torna membro da Comunidade Económica Europeia. A ideia de que Portugal ultrapassa os seus limites geográficos através da cultura e da língua é re-inventada por questões de política eleitoral e para reforço da posição portuguesa na arena internacional. Tendo por base razões de natureza ideológica e política (e não tanto de natureza comercial), a re-invenção e re-utilização da Lusofonia tem a particularidade de ser um espaço de convergência político-partidária. A lógica de intervenção e os discursos que fundamentam as iniciativas relacionadas com a proclamada efectivação deste espaço têm sido semelhantes nos últimos três governos constitucionais (XI, XII e XIII).

Neste trabalho, não pretendemos analisar detalhadamente a lógica de intervenção relacionada com o desenvolvimento do espaço Lusófono e com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Iremos, simplesmente, examinar alguns elementos desta intervenção, nomeadamente no que diz respeito à criação de meios de comunicação especialmente concebidos para dar corpo a esta política. A RTP Internacional e a RTP África serão certamente os canais televisivos que mais visibilidade dão a esta intervenção política, mas o Estado Português tem vindo, também, a promover vários protocolos de cooperação na área da comunicação social.

* Departamento de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga. E-mail: helena@ics.uminho.pt

Assim, pretendemos concentrar-nos na lógica de produção e de distribuição de conteúdos televisivos portugueses para as comunidades e países de língua portuguesa e outras iniciativas dos governos portugueses que promovam a exportação e intercâmbio de produtos mediáticos em português. As pertinentes questões relacionadas com a análise da recepção dos produtos culturais não serão abordadas no âmbito deste ensaio.

Lusofonia: um conceito «hiper-identitário»

Lusofonia é um conceito frequentemente utilizado e raramente explicitado. Léonard (1999) considera que, para além da dimensão linguística, isto é, para além de significar um espaço de língua, pelo menos, três outras significações podem ser atribuídas a esta noção:

- «um sentido ‘geográfico’ que cobre o conjunto de países e de povos cuja língua – quer seja materna, corrente ou oficial – é o português;
- a expressão de uma ‘alma, de um princípio espiritual’ reflectindo o sentimento de ‘possuir em comum um rico legado de recordações’ e ‘o desejo de viver em conjunto’, para parafrasear Ernest Renan (*Qu’est-ce qu’une nation?*), uma espécie de família espiritual repousando na recordação de um passado comum, sobre uma parte do esquecido e sobre uma vontade de construir o futuro em conjunto;
- um sentido ‘institucional’, enfim, que designa o conjunto das organizações trabalhando em favor do desenvolvimento da língua portuguesa, das culturas e dos espaços geográficos ligados ao uso desta língua» (Léonard, 1998 in Léonard, 1999: 438).

Reis (1997) alerta-nos, também, para o facto de o termo *Lusofonia* arrastar consigo conotações e mesmo traumas históricos que são, sobretudo, os de uma radicação excessivamente *lusocêntrica*. Não vislumbrando, no entanto, termo alternativo, Reis (1997:23) sugere a formulação do conceito em redor de três princípios:

– Primeiro: o princípio da *globalização*, a que, de outro ponto de vista, pode chamar-se também da *interdisciplinaridade*. Implica esse princípio a noção de que os problemas da lusofonia e a afirmação de uma certa identidade comunitária baseada no idioma transcendem largamente a questão linguística e convocam globalmente tudo e todos (ex: governos, organizações não governamentais, sociedade civil, etc.).

– Segundo: o princípio da *diversificação*, arrastando o esvanecimento da ênfase portuguesa na análise e na resolução dos problemas que encon-

tramos num universo chamado lusófono. Ao mesmo tempo, explica o autor, trata-se de reconhecer, noutros países da comunidade, outras realidades, bem diversas da nossa (portuguesa) e marcadas por matrizes que não têm origem portuguesa (ex: o Brasil tem fortes comunidades de origem italiana, japonesa e alemã).

– Terceiro: princípio da *relativização*, significando que essas outras realidades, nesses outros países, obrigam a falar de uma comunidade que é pouco coesa e muito desigual. O universo lusófono é afectado por desequilíbrios demográficos, culturais e económicos gritantes (ex: S. Tomé e Príncipe tem cerca de 132 mil habitantes e o Brasil mais de 150 milhões).

Estas propostas eminentemente académicas de leitura da *Lusofonia* distanciam-se, de alguma forma, da utilização política do conceito. A ideia da *Lusofonia* e do seu aprofundamento – tão cara à elite política portuguesa – têm sido apresentadas como algo natural e, até mesmo, inevitável para um povo com as características do português. «(...) A identidade nacional justifica a defesa da maior aproximação aos povos lusófonos, em nome da língua e da história comuns e de uma suposta sintonia cultural e afectiva» (Castelo, 1998: 14). De facto, 25 anos após a descolonização, o discurso político parece ainda profundamente marcado por ideias que, na sua essência, podem identificar-se com o ambiente político português desde a independência do Brasil e da consequente «descoberta» dos «novos Brasis africanos».

«Uma especial capacidade de se relacionar com outros povos, em particular os das regiões tropicais, uma forma de estar marcada pela ausência de preconceitos raciais, nos contactos com esses povos; uma particular apetência pela miscigenação, dando origem ao mestiço, em contraste com a relutância de outras populações, nomeadamente as nórdicas; e, como consequência de todas estas características, uma vocação para servir de ponte, de elo de ligação entre regiões e culturas diferentes – tais são os traços da imagem do país» (Alexandre in Castelo, 1998: 5). Esta imagem, esta identidade, não foi destruída com a independência das antigas colónias. Nas palavras de Eduardo Lourenço, o nosso problema não é de identidade, «mas de hiper-identidade, de quase mórbida fixação na contemplação e no gozo da *diferença* que nos caracteriza ou nós imaginamos tal no contexto de outros povos, nações e culturas» (1994: 10).

De facto, permanece viva a ideia de que Portugal não só está particularmente bem apetrechado para incrementar as suas relações com os restantes povos de língua portuguesa, mas também de que Portugal tem uma vocação especial para desempenhar a função de elo de ligação entre eles. Estas ideias não seriam utilizadas politicamente, se não estivessem interiorizadas na população portuguesa. Desenvolver um papel de relevo

em África e no Brasil tem feito parte da política portuguesa, com reflexos claros na área da comunicação social. O desenvolvimento de um espaço de língua e de cultura tem sido uma ideia politicamente útil a nível interno e externo: internamente, corresponde ao «imaginário» de um país que ultrapassa as suas fronteiras físicas e cujo «Messias é o seu próprio passado» (Lourenço, 1994: 10); externamente, a *Lusofonia* tem contribuído para a afirmação de Portugal no plano internacional.

Na área da comunicação social, que é aquela que iremos abordar neste trabalho, não deixa de ser interessante constatar a importância política que é atribuída à criação e ao desenvolvimento de fontes de informação e de entretenimento para o espaço de língua portuguesa no mundo e para as comunidades portuguesas. A título de exemplo, o responsável pela tutela da Comunicação Social durante os dois governos maioritários de Cavaco Silva (1987-1995), Marques Mendes, afirmou ao jornal *Público* que a RTP Internacional foi o projecto em que mais se empenhou: «em Portugal pode-se até não ter ideia da importância da RTPi, mas é um projecto importantíssimo do ponto de vista da afirmação nacional» (20 de Março de 1995: 31). Esta afirmação é particularmente significativa, se tivermos em consideração as reformas estruturais do sector levadas a cabo durante o XI (1987-1991) e XII (1991-1995) governos constitucionais, nomeadamente a privatização da imprensa pública, a liberalização do sector radiofónico, a abertura da televisão à iniciativa privada, etc. Mesmo assim, a RTP Internacional foi entendida ou, pelo menos, apresentada como a medida mais importante.

Programas, contratos e justificações

Ainda que o Programa do primeiro governo maioritário de Cavaco Silva, na parte relativa à comunicação social, faça uma breve menção ao «necessário reforço da ligação entre os vários espaços de afirmação da imagem e da presença de Portugal no mundo» (Assembleia da República, 1987, ponto 4), é no programa do seu segundo governo maioritário que é considerado aposta estratégica essencial a produção e emissão de programas nacionais, quer para as Comunidades portuguesas residentes no estrangeiro, quer para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, por forma a estreitar laços de cooperação, acentuar a matriz universalista e valorizar, defender e projectar no Mundo a língua e a cultura portuguesas. (Assembleia da República, 1992, ponto 7).

Na linha dos governos anteriores, mas explicitando em maior detalhe os seus objectivos, o programa de governo de António Guterres (1995-1999) dá efectivamente grande relevo à *Lusofonia*, no âmbito da comunicação social. Esta opção é justificada da seguinte forma: «A prossecução de uma política de língua, visando uma melhor implantação do Português no

espaço da lusofonia, será igualmente inscrita entre as prioridades sectoriais, em estreita articulação com o incremento da cooperação com os PALOPs. Esta última visará, em especial, a melhoria das infra-estruturas mediáticas e da formação profissional, assim como a criação de um espaço alargado de distribuição de programas em língua portuguesa, susceptível de reforçar laços afectivos e económicos com a África e com o Brasil» (Assembleia da República, 1995, ponto 8.3, alínea d).

Para concretizar este objectivo, o governo de António Guterres propõe então como medidas a concretizar: «o incremento da coordenação dos serviços internacionais da RDP, RTP e LUSA, com aproveitamento das economias de escala e sinergias existentes» e a «alteração de alguns dos objectivos e características da RTP Internacional, garantindo uma informação isenta e pluralista, uma maior participação directa das comunidades portuguesas e uma maior atenção à divulgação da língua e da cultura portuguesa e às relações com os PALOPs» (Assembleia da República, 1995, ponto 8.3, alínea d).

Independentemente das outras medidas que abordaremos adiante, a RTP Internacional foi entendida pelos governos de Cavaco Silva e de António Guterres como a pedra de toque desta política e a RTP como um instrumento fundamental para a sua concretização. Não surpreende, por isso, a atenção dada à RTP Internacional nos dois Contratos de Concessão do Serviço Público de Televisão, estabelecidos entre o Estado Português e a Radiotelevisão Portuguesa, SA.

O Contrato de 1993 tem uma cláusula exclusivamente dedicada às emissões internacionais da RTP. O ponto 1. da cláusula 6 afirma que constituem obrigações especiais da RTP a produção e emissão de programas para as comunidades portuguesas no estrangeiro e para os países africanos de expressão oficial portuguesa, visando a preservação e divulgação da cultura e da língua portuguesas. O mesmo contrato dedica ainda uma cláusula à cooperação, sendo referido que constitui obrigação especial da RTP desenvolver a cooperação com Macau e com os países de expressão oficial portuguesa, designadamente a nível de informação e de produção de programas, formação de pessoal, operação e assistência técnica (cláusula 8, ponto 1.). Os custos envolvidos nestas operações seriam, de acordo com o contrato, financiados pelo governo, após aprovação prévia do ministro das finanças e do membro do governo responsável pela área da comunicação social.

O Contrato de Concessão de 31 de Dezembro de 1996 é – comparativamente com o de 1993 – mais pormenorizado e refere-se ao papel da concessionária não tanto em termos de tarefas de serviço público, mas como missão de serviço público. Nesse âmbito, a RTP fica obrigada à emissão de programas de difusão internacional destinados aos portugueses espalhados pelo mundo e, em geral, a todos os que se exprimem na língua portuguesa

(cláusula 4, ponto 2 e cláusula 5, ponto 4). Concretamente no plano da programação, o contrato estabelece que a RTP deve contribuir, através das suas emissões internacionais, para a caracterização da identidade nacional e dos seus valores culturais, para a difusão da língua e o alargamento da solidariedade e cooperação com todos os povos da comunidade lusófona (cláusula 6, ponto 1, alínea o).

Tal como o contrato de 1993, o contrato de 1996 dedica também uma cláusula específica às emissões internacionais e outra à cooperação. Uma vez mais, a RTP é responsabilizada pela difusão e produção diária de programas que preencham as emissões internacionais (cláusula 11, ponto 1). A inovação deste contrato relativamente às emissões internacionais diz apenas respeito à criação de Conselhos Consultivos para acompanhamento das respectivas emissões internacionais (cláusula 11, pontos 3,4,5,6,e 7). A contemplação destes conselhos estará relacionada com a alegada falta de independência informativa e a reduzida qualidade dos programas de entretenimento dos serviços internacionais da RTP.

No que toca concretamente à cooperação, a cláusula 13 do contrato refere que constitui obrigação especial da RTP desenvolver a cooperação com Macau e com os países lusófonos, designadamente a nível de informação e de produção de programas, formação de pessoal, operação e assistência técnica, bem como assegurar a produção de emissões internacionais susceptíveis de difusão nas redes terrestres daqueles países (ponto 1). O custo de exploração das emissões internacionais ficará também, de acordo com este contrato, a cargo do governo português.

Os documentos que até então apresentámos revelam uma grande convergência política entre os dois últimos governos sociais democratas e o governo socialista. A preocupação com o desenvolvimento de meios de comunicação que promovam a língua e a cultura portuguesas está bem patente nos documentos oficiais. De facto, a afirmação de Portugal no Mundo parece depender da capacidade portuguesa para se impor nos *media* internacionais. Os *media* foram imaginados como a «ponte» necessária, senão indispensável, para dar corpo a um espaço de língua e para garantir uma presença notória no plano internacional.

A criação e o desenvolvimento da RTP Internacional

Dezenas de países utilizam as transmissões internacionais, desde longa data, como instrumento de política externa. Os objectivos das transmissões internacionais, promovidas e financiadas pelos diversos governos, estão genericamente relacionados com prestígio, reconhecimento internacional, desenvolvimento de laços comerciais, segurança, etc. O Serviço Mundial da

BBC (rádio e televisão), a Voz da América e a Deutsche Wella são alguns serviços que operam internacionalmente, em diversas línguas.

Em Portugal, a intervenção na área das emissões televisivas internacionais começou a ser esboçada nos anos 80. Nesta década, houve um grande desenvolvimento tecnológico e a utilização do satélite para transmissões televisivas torna-se frequente. Paralelamente, Portugal tinha acedido, em 1986, à Comunidade Económica Europeia e havia a percepção de que a *Lusofonia*, em geral, e a África Lusófona, em particular, contribuiriam para a afirmação de Portugal no âmbito da Comunidade. A criação da RTP Internacional foi, sem dúvida, uma medida tomada neste quadro.

A primeira emissão da RTP Internacional foi transmitida no dia 10 de Junho¹ de 1992. Nos primeiros meses, a RTP Internacional foi para o ar com uma emissão diária de seis horas, cobrindo a Europa, África, Médio Oriente e partes da Ásia, através de dois satélites, o Eutelsat 2F3 e o Stationar 12. Para além de ser possível a recepção das emissões através de antenas parabólicas, a RTP Internacional passou também a ser distribuída por cabo, em zonas de grande concentração de portugueses (Suíça, França, Bélgica e Luxemburgo) (in <http://rtpi.rtp.pt/hist/index.htm>, 07.09.1999). Em finais de 1992, a RTP Internacional chegava, através do Galaxy 3, à América do Norte e Central, numa altura em que surgiam os primeiros sistemas de re-transmissão em Moçambique, Angola e Cabo Verde (in <http://rtpi.rtp.pt/hist/hist2.htm>, 07.09.1999).

Nos anos seguintes, a RTP Internacional procurou consolidar-se. A re-transmissão por redes terrestres em Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe e Guiné Bissau expressou-se no terreno através da colaboração entre as diferentes televisões nacionais ao nível da produção de programas. O número de horas de transmissão aumentou para 10 horas no dia 1 de Janeiro de 1995, tendo voltado a aumentar para 24 horas por dia, no dia 10 de Junho do mesmo ano. Em 1996, através de uma rede de cinco satélites (Eutelsat 2F2, Express 2, Telstar 302, Stationar 12 e Asiasat 2), a RTP Internacional assegurava já uma cobertura mundial (<http://rtpi.rtp.pt/hist/hist2.htm>, 07.09.99; *Diário de Notícias*, 29.08.94; *Público*, 11.11.94: 21, *Público*, 20.03.95:31, *Público*, 28.01.96:43).

De acordo com estimativas da própria RTP Internacional, este canal estará acessível a mais de 25 milhões de pessoas, isto é, as que se pensa existirem nos 6,6 milhões de lares onde a RTP Internacional é sintonizável

¹ No último quartel do séc. XIX, muito por influência dos Republicanos e da sua política abertamente nacionalista, o dia 10 de Junho comemorava o Dia de Camões. Salazar, que se apropriou desse universo mobilizador, continua a celebrar o poeta nacional, mas junta-lhe a celebração da própria nacionalidade. Com o advento da democracia, o 10 de Junho passa a ser o dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.

através de redes de cabo do sistema DHT digital (pacote digital). Esta estimativa não inclui os telespectadores que vêem a RTP Internacional através de redes terrestres que transmitem o canal nos PALOPs, nem aqueles que a sintonizam directamente, através de antenas parabólicas, dos satélites que asseguram a sua distribuição (<http://rtpi.rtp.pt.gerh.htm>, 07.09.99).

O Director do Canal, Afonso Rato, afirma que a estratégia dos primeiros cinco anos da RTP Internacional foi a de pôr à disposição do maior número possível de comunidades de língua portuguesa os melhores programas emitidos nos restantes canais da RTP: «a estratégia correspondia a um desejo que nos foi manifestado muitas vezes por um número considerável de pessoas – aquilo a que se queria ter acesso, antes de mais, era à programação disponível, no dia-a-dia, a quem vivesse em Chaves ou na Horta, em Redondo ou no Paúl da Serra» (<http://rtpi.rtp.pt.gerh.htm>, 07.09.99). Apesar da referência à programação, a estratégia da RTP Internacional parece ter estado, nos primeiros cinco anos, mais voltada para o desenvolvimento dos sistemas de distribuição do que para o melhoramento da qualidade da programação. Chegar aos cinco continentes e atingir os míticos 200 milhões de falantes da língua portuguesa parecem ter sido os objectivos mais importantes.

Ainda que a opinião expressa nos órgãos de comunicação social esteja longe da unanimidade no que diz respeito ao valor deste canal internacional, Afonso Rato argumenta que bastam poucas palavras para fazer o balanço dos primeiros cinco anos da RTPi: «é agora mais fácil dar expressão aos laços de afecto entre todos os que se reconhecem na língua portuguesa, estejam onde estiverem, no mundo inteiro» (<http://rtpi.rtp.pt.gerh.htm>, 07.09.99).

Marques Mendes, ministro adjunto responsável pela tutela da Comunicação no último governo de Cavaco Silva, sublinha também que, nos nove anos de governação, o seu acto mais importante foi a criação da RTP Internacional, porque «permitiu a ligação com todos os países de África de expressão portuguesa e comunidades espalhadas pelo mundo» (*África Hoje*, Setembro 94: 10). Nas palavras de Marques Mendes, este projecto (aliado a outras medidas de protecção dos valores culturais e linguísticos) é especialmente importante para Portugal, porque «estamos a dar acentuação ao universalismo da alma lusitana; sempre fomos, aliás, um país universalista que abriu novos mundos, com um diálogo inter-cultural muito grande» (*África Hoje*, Setembro 94: 12). E, considerando o talento universalista de Portugal, este não poderia deixar de estar apto a funcionar como ponte entre os vários mundos: «Hoje estamos confinados às nossas fronteiras, mas temos uma grande vontade de dialogar e de cooperar. Portugal pode ser 'embaixador' dos próprios interesses e desígnios desses países junto da União Europeia», explica Marques Mendes, na mesma entrevista ao *África Hoje* (Setembro 94: 12).

A CPLP e a RTP África

Ainda que os últimos governos portugueses se tenham preocupado com a chamada construção da Lusofonia, foi apenas no dia 17 de Julho de 1996 que os chefes de governo dos Países de Língua Portuguesa assinaram, em Lisboa, a Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Após intensos esforços diplomáticos, os sete países de língua portuguesa conferiam nessa data um estatuto oficial a uma comunidade de língua.

A CPLP, definida como «foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua, da concertação político-diplomática e da cooperação entre os seus membros» (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1996a), tem os seguintes objectivos: a contribuição para o reforço dos laços humanos, a solidariedade e a fraternidade entre todos os povos de língua portuguesa, o incentivo e enriquecimento da língua portuguesa, o incremento do intercâmbio intelectual e artístico, desenvolvimento da cooperação económica e empresarial, entre muitos outros (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996b).

No contexto da constituição formal da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, os *media* não ficaram, de forma alguma, esquecidos. Nos dias 10,11 e 12 de Julho de 1996, reuniu-se, em Lisboa, o Fórum da Comunicação. Este fórum, promovido e organizado pela Radiotelevisão Portuguesa, Radiodifusão Portuguesa e Agência Lusa, contou com a participação de altos dirigentes das principais estações de televisão, estações de rádio e agências noticiosas dos sete países de língua portuguesa ².

De acordo com a Declaração Final do Fórum da Comunicação, sendo a CPLP uma entidade pluri-continental, que se assume como um projecto político assente na lusofonia, considera-se importante realçar «o papel insubstituível que os meios de comunicação, e em particular os nacionais, têm a responsabilidade de assumir na consagração da nova Comunidade em cada país e nas respectivas diásporas e na sua afirmação no contexto da aldeia global» (Fórum da Comunicação, 1996).

² Participaram no Fórum da Comunicação as seguintes organizações dos países lusófonos: Televisão Popular de Angola (TPA), Rádio nacional de Angola (RNA), Agência Noticiosa de Angola (ANGOP), Radiobrás (Brasil), Rádio e TV Cultura (Brasil), TV Abril (Brasil), TV Educativa (Brasil), Televisão Nacional de Cabo Verde (TNCV), Rádio Nacional de Cabo Verde (RNCV), Agência Nacional de Cabo Verde (CaboPress), Rádio-Televisão da Guiné-Bissau (RTGB), Agência Noticiosa da Guiné-Bissau (ANG), Televisão de Moçambique (TVM), Rádio Moçambique (RM), Agência de Informação de Moçambique (AIM), Televisão de S. Tomé e Príncipe (TVS), Rádio Nacional de S. Tomé e Príncipe (RNSTP), Agência Noticiosa de S. Tomé e Príncipe (STP-Press), Radiotelevisão Portuguesa (RTP), Radiodifusão Portuguesa (RDP), Agência LUSA de Informação.

Assim, inúmeras iniciativas foram lançadas no Fórum da Comunicação. Ao nível das agências noticiosas, foi criada a Aliança das Agências de Informação de Língua Portuguesa, para difusão de um serviço noticioso de âmbito mundial para servir os objectivos da CPLP. As agências noticiosas dos Sete (ANGOP, RAIOBRAS, CABOPRESS, ANG, AIM, LUSA e STPPRESS) decidiram fazer circular livremente a informação entre as agências, cooperar no plano técnico e de formação profissional, implementar redes de telecomunicações mais apropriadas, etc. Na área radiofónica, foi decidido o estabelecimento de um catálogo de programas originais em língua portuguesa para livre transmissão pelos operadores nacionais, a necessidade de intensificar a cooperação no domínio da formação profissional foi reafirmada, a RDP foi reconhecida como o suporte ideal para a difusão de programas produzidos pelos operadores participantes e considerou-se que seria conveniente a inclusão na programação da RDP Internacional de espaços destinados à difusão de programas vocacionados para as diásporas dos países que integram a CPLP. No plano televisivo, as empresas de televisão participantes decidiram não só constituir-se numa associação de interesses – Televisões de Língua Portuguesa (TVLP), como também decidiram estabelecer formas de apoio à produção e distribuição de programas de língua portuguesa e facultar o seu livre acesso aos membros da CPLP.

No contexto das iniciativas na área da comunicação social, uma teve destaque particular: o lançamento do projecto RTP África. Na sessão de abertura do Fórum da Comunicação (10 de Julho de 1996), o ministro-adjunto, Jorge Coelho, anunciou a criação da RTP África, um desdobramento da RTP Internacional. Jorge Coelho afirmou que a cooperação entre os países lusófonos só se pode tornar efectiva e eficaz, se as empresas de comunicação social de língua portuguesa estreitarem as relações entre si: «Esta imensa comunidade, assente numa língua comum não passará de mera retórica se não se traduzir numa política que envolva a participação dos povos. Nesse sentido, a comunicação social assume um papel decisivo» (*Público*, 11 de Julho de 1996:41 e *Público*, 17 de Julho de 1996:20). Para o ministro-adjunto, é na constituição dessa «grande comunidade lusofalante» que a RTP África se insere, complementando o serviço desenvolvido pela RTP Internacional, «o mais importante órgão de comunicação social de que Portugal dispõe» (*Público*, 11 de Julho de 1996: 41 e *Público*, 17 de Julho de 1996: 20).

Apesar deste anúncio e de algumas emissões denominadas «Canal África» mas integradas no Canal da RTP Internacional, foi apenas no dia 7 de Janeiro de 1998 que a RTP África nasceu como canal independente. Ao contrário do Canal RTP Internacional que se destina a todos aqueles que falam português, a RTP África destina-se aos 25 milhões de habitantes dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa. Este canal distingue-se

também da RTP Internacional porque as emissões são codificadas de Lisboa, sendo descodificadas nas capitais africanas para serem posteriormente re-transmitidas para os respectivos países via terrestre. Do ponto de vista editorial e de programação, há também diferenças óbvias. Enquanto a RTP Internacional tem por base a programação da RTP1 e RTP2, a RTP África procura ter programação autónoma, contanto com produtos produzidos pelas cinco estações públicas de televisão dos países africanos. Ainda que a responsabilidade editorial seja da RTP, a RTP África tem um estúdio da RTP África em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe. Estas delegações são interlocutores operacionais dos parceiros africanos da empresa, na troca de notícias e de programas e no lançamento das linhas de programas originais, em co-produção (<http://rtpafrica.rtp.pt/lyatr.htm>, 07.09.99). Ainda que o essencial deste projecto seja decidido na sede da RTP, em Lisboa, a formulação da RTP África faz com que seja mais fácil aos políticos portugueses reagir contra acusações neo-colonialistas. Como argumenta Jorge Coelho, não se trata de um canal de Portugal para África: «É um canal interactivo de Portugal para África e de África para Portugal. Esta televisão tem emissões de todos os países porque há um estúdio da RTP África em todos os países. É um canal feito em seis países diferentes todos os dias» (in *Público*, 7 de Janeiro de 1998:3).

Conclusões

Neste breve artigo, procurámos apresentar alguns fundamentos para a importância que os últimos governos atribuíram à *Lusofonia* e aos *media* internacionais como forma de materialização do discurso Lusófono. Através da incursão por documentos e medidas governamentais, parece-nos claro que os três últimos governos (XI, XII e XIII governos constitucionais) têm tido uma política de grande convergência nesta matéria. Ainda que, a outros níveis, os *media* e as comunicações tenham sido entendidas de forma bem diferenciada, tal não aconteceu em relação às emissões internacionais.

De facto, os governos maioritários de Cavaco Silva introduziram reformas estruturais nas comunicações e no sistema mediático nacional. Tendo encontrado um sistema completamente transformado, o primeiro governo de António Guterres preocupou-se em melhorar o funcionamento de alguns mecanismos de regulamentação (ex: Alta Autoridade para a Comunicação Social) e em introduzir alterações em instrumentos legais, tais como a Lei de Imprensa e a Lei da Televisão. Enquanto que, ao longo dos governos de Cavaco Silva, o sistema mediático foi estruturalmente alterado, durante o primeiro mandato de António Guterres, as atenções deslocaram-se para a estabilização e eventual aperfeiçoamento do legado de Cavaco Silva.

Apesar das formas bem diferenciadas de intervir politicamente nos *media*, a RTP Internacional surge efectivamente como um caso à parte. A sua importância nunca foi questionada. Tanto no tempo de Cavaco Silva como no tempo de António Guterres, a RTP Internacional foi entendida ou, pelo menos, apresentada como o mais importante órgão de comunicação português e a RTPi e a RTP África (enquanto desdobramento da RTP Internacional), vistas como a mais valiosa medida dos governos na área da comunicação. Numa fase de acentuadas mudanças no plano nacional, não deixa de ser revelador o facto de os vários governos afirmarem publicamente que as mais importantes medidas na esfera mediática se relacionam directamente com o plano externo.

Independentemente das motivações políticas para a importância atribuída à RTP Internacional, é evidente que os Canais RTPi e RTP África rapidamente se transformaram em relevantes fontes de informação e de entretenimento para as comunidades de língua portuguesa e para os países africanos de língua oficial portuguesa. No entanto, o papel que estas fontes de informação e de entretenimento desempenham actualmente está ainda por estudar. Até ao momento, as preocupações parecem ter recaído sobre a produção e a circulação destes produtos mediáticos (incluindo este trabalho) sem que tenha sido dada atenção à pertinente questão da recepção destes conteúdos no espaço de língua portuguesa. O desenvolvimento dos estudos de comunicação neste espaço poderá, a médio prazo, dar resposta às inúmeras questões subjacentes a esta problemática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, Valentim (1998) – «Prefácio» in Castelo, Cláudia (1998) *O Modo Português de estar no Mundo*, Porto, Afrontamento.
- Assembleia da República (1987) – *Programa do XI Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.
- Assembleia da República (1992) – *Programa do XII Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.
- Assembleia da República (1995) – *Programa do XIII Governo Constitucional*, Divisão de Edições, Lisboa.
- CASTELO, Cláudia (1998) – «*O Modo Português de estar no Mundo*», Porto, Afrontamento.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996a) – *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Julho de 1996.
- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996b) – *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Julho de 1996.

- Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (1996c) – *Comunicado Final da Sessão de Trabalho da Conferência de Chefes de Estado e de Governo Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cimeira Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, Lisboa, 17 de Julho de 1996.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão celebrado entre o Estado Português e a Rádiatelevisão Portuguesa, SA, em 17 de Março de 1993.
- Contrato de Concessão do Serviço Público de Televisão celebrado entre o Estado Português e a Rádiatelevisão Portuguesa, SA, em 31 de Dezembro de 1996.
- Fórum da Comunicação (1996) *Declaração Final*, Lisboa, 10-12 de Julho de 1996.
- LÉONARD, Yves (1999) «As Ligações a África e ao Brasil» in Bethencourt, Francisco and Kirty Chaudhuri *História da Expansão Portuguesa*, Vol.5, Navarra, Círculo de Leitores.
- LOURENÇO, Eduardo (1994a) – *Nós a Europa ou as Duas Razões*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda (quarta edição).
- LOURENÇO, Eduardo (1994b) – *A Europa Desencanda*, Lisboa, Visão.
- LOURENÇO, Eduardo (1995) – «Uma Década Paradoxal» in *Finisterra*, 18/19, p.7-11.
- MARTINS, Moisés de Lemos (1996) – *Para uma Inversa Navegação*, Porto, Afrontamento.
- REIS, Carlos – «A Questão da Lusofonia» in *Jornal de Letras*, 30 de Julho de 1997.
- SOSA, Helena (1992) – *The Impact of the BBC in Lusophone Africa*, Tese de Mestrado, City University, Londres.
- WISE, Peter – «Portugal tries to preserve waning influence» in *Financial Times*, 26 de Julho de 1995.

Periódicos

Público

Diário de Notícias

África Hoje